



Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita - SP

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei Complementar nº 3/2024

Trata-se de projeto de lei de autoria do Chefe do Executivo que altera a Lei Complementar nº 157, de 12 de setembro de 2019 e dá outras providências.

De início, observo que não há vício de iniciativa, considerando sua apresentação pelo Prefeito Municipal.


Por outro lado, por força da autonomia administrativa de que foram dotadas, as entidades municipais são livres para organizar os seus próprios serviços, segundo suas conveniências locais. E, na organização desses serviços públicos, a Administração cria cargos e funções, institui classes e carreiras, faz provimentos e lotações, estabelece vencimentos e vantagens e delimita os deveres e direitos de seus servidores.

Dessa maneira, há liberdade conferida ao Poder Executivo para organizar os seus próprios serviços. Liberdade está que está subordinada às seguintes regras fundamentais e impostergáveis: a) a que exige que essa organização se faça por lei; b) a que prevê a competência exclusiva da entidade ou Poder interessado; e c) a que impõe a observância das normas constitucionais pertinentes ao servidor público.

O projeto cumpre estes três requisitos, ao pretender estabelecer por lei complementar (artigo 42, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município), de sua iniciativa exclusiva (artigo 43, inciso I, da Lei Orgânica do Município), dentro das normas constitucionais pertinentes aos servidores públicos, a alteração de remuneração de cargo em comissão.

Sem prejuízo de entendimento contrário, é o parecer.

Barra Bonita, 15 de março de 2024.


Vitor Antônio Pestana
Consultor Jurídico
OAB/SP 240.431